

A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS EM CAMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS: UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE E UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Paulo Roberto Sangoi¹; Luciana Calabro²

SANGOI, P. R.; CALABRÓ, L.. A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS EM CAMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS: UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE E UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 5., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. p. A109

¹Departamento de Bioquímica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

²Departamento de Bioquímica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS EM CAMPUS PORTO ALEGRE DO IFRS: UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE E UM NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eixo temático: Políticas de Pesquisa

Modalidade: Apresentação oral

1 INTRODUÇÃO

Através deste artigo, apresentaremos a trajetória de uma das mais antigas e respeitadas Instituições de Ensino Profissional do País: a Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até se transformar em Campus Porto Alegre do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, criado pela Lei 11.892 de 30 de dezembro de 2008.

O objetivo do trabalho é mostrar a transformação pedagógica e administrativa de uma Instituição Centenária, após a sua desvinculação da Universidade e a sua transformação em autarquia federal, parte de uma nova estrutura que são os Institutos Federais. Serão apresentados os dados comparativos entre as duas instituições e os resultados obtidos nestes sete anos de implementação, demonstrando que uma política pública voltada para a educação profissional e tecnológica e uma gestão planejada, pode implementar mudanças que venha a qualificar o ensino público federal e atender aos anseios da sociedade, com o aumento de cursos e matrículas.

2 UM HISTÓRICO SOBRE A CRIAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tem início em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566 do Presidente da República Nilo Peçanha. Através deste Decreto a União criava dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, destinada ao ensino profissional primário gratuito, em diferentes unidades da Federação, que visava atender a nova ordem econômica e política do país. Ainda no Governo Nilo Peçanha –

entre 1909 e 1910 – foram criadas vinte e uma escolas técnicas, incluindo a então Escola Técnica, que veio a ser, posteriormente, vinculada a UFRGS.

Mapa 1: Escolas de Aprendizes Artífices 1909



fonte: Ministério da Educação

Na época a economia do País era predominantemente agrícola, sendo que o processo de industrialização era lento. Assim sendo, a implementação das Escolas de Aprendizes Artífices, eram voltadas mais para a inclusão desta parcela da população do que efetivamente a necessidade da formação de profissionais qualificados.

A Rede Federal de educação profissional, apesar da importância para o desenvolvimento da indústria, comércio, serviço e tecnologia do país, teve um crescimento muito inferior as necessidades de qualificação técnica exigidas pelo mercado. Mas foi em 1998 que a Rede Federal teve o seu maior revés a partir da vigência do artigo 47 da lei nº 9.649/98, que proibia a expansão do sistema federal de educação profissional e transferia o custeio e contratação de pessoal para outros entes da Federação e para o setor privado.

De 1909 a 2002, foram implantadas 140 unidades entre Centros Federais de Educação Tecnológica-CEFETs, Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais, sendo que em 2003 o número de matrículas na Rede Federal, conforme dados oficiais do Ministério da Educação, era de 77.658 em 23 Estados da Federação (*Censo/INEP e CAPES fonte: Ministério do Planejamento <https://i3gov.planejamento.gov.br/main.php?Y999=11&Y998=37571&Y777=0>*).

No ano 2005, com a revogação da lei nº 9.649/98 e da publicação da Lei 11.195/2005, o inicia uma nova e promissora etapa da educação profissional e tecnológica, com o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2007, o Governo Federal lança a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal, que tinha como objetivo a criação de 150 novas unidades até o

final de 2010, interiorizando as unidades de ensino e abrangendo todas as regiões do país, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional e com investimentos na casa de R\$ 1,1 bilhão. Com a conclusão da segunda fase, o Brasil teria 354 unidades federais, com um crescimento de 150% em relação a 2002. O investimento feito pelo Governo na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica entre 2003 e 2008, teve resultados imediatos em número de matrículas, passando das 77.658 em 2003 (23 Estados), para impressionantes 477.044 matrículas em 24 Estados mais o Distrito Federal, em 2008 (*Censo/INEP e CAPES fonte: Ministério do Planejamento*).

A lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, estabeleceu um novo marco para a educação profissional e tecnológica do País, com a criação de 38 Institutos Federais, mediante a integração e/ou transformação de CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais. Na definição de Eliezer Pacheco, “*um novo conceito de educação profissional e tecnológica, sem similar no mundo*”.

Entre 2005 e 2014, o total investido na rede de educação profissional e tecnológica— que agrega os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e demais instituições federais— conforme dados do Ministério da Educação, alcançou a cifra de R\$ 6,7 bilhões. Já em 2014 os 38 Institutos Federais, estavam presentes em 27 Estados e contavam com 562 Campi espalhados em 78% das microrregiões, conforme dados divulgado pelo Ministério da Educação, em Palestra do Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – DDR Luciano de Oliveira Toledo na XXXIX Reditec 2015.

Com relação às matrículas, a Rede Federal em 2013 alcançou a marca de 760.249.

Gráfico1: Cenário da Rede Federal em 2014



Fonte: Gráfico extraído do site do Ministério da Educação

Assim, a trajetória centenária da rede oscilou entre momentos prósperos e críticos, mas foi a partir da criação dos Institutos Federais, que a rede cresceu de forma nunca vista nestes cem anos (de 140 unidades em 2008 para 562 em 2014), além de tornarem-se

instituições de referência no ensino, pesquisa e extensão atendendo metas de elevação da escolaridade, do potencial de geração de trabalho e renda e da geração de tecnologia.

4 A TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DA UFRGS EM CAMPUS PORTO ALEGRE DO INSTITUTO FEDERAL-IFRS

A Escola de Comércio de Porto Alegre, criada em 1909, funcionou por um período de 35 anos anexa à Faculdade Livre de Direito, sendo mantida e custeada por esta. Em 4 de dezembro de 1950, sob a administração do Governo Federal, a Universidade passou para a nova denominação-Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. A Faculdade de Economia e Administração e a Escola de Comércio, agora denominada Escola Técnica de Comércio, passaram a integrar o sistema federal.

Durante sua existência a ETC/UFRGS se consolidou com referência no ensino técnico e em 2008 oferecia onze cursos técnicos, bem como o PROEJA e um Técnico à distância, nos turnos da manhã, tarde e noite, em sua sede no Campus da Saúde da UFRGS, registrando 1094 matrículas. Já o orçamento destinado pela SETEC/MEC, era algo em torno de R\$ 500.000,00, muito abaixo das reais necessidades desta instituição de ensino. O núcleo de pessoal da ETC/UFRGS em 2008, contava com 71 professores efetivos, 25 professores substitutos e 33 técnicos administrativos, número satisfatório para os cursos ofertados e estrutura pedagógica existente. Por outro lado, a escola técnica com a qualidade de seus cursos e com o quadro de pessoal, poderia expandir e aumentar os números de cursos e conseqüentemente, o número de matrículas, desde que houvesse maior investimento na contratação de pessoal e com orçamento condizente com a importância da educação profissional.

Analisando a sua história consolidada como Instituição de referência no ensino técnico e vislumbrando um crescimento e a possibilidade de ter maior autonomia na questão administrativa e pedagógica, a comunidade escolar entendeu que a instituição deveria desvincular-se da UFRGS e ingressar no novo modelo de instituição federal de educação profissional e tecnológica que seria implantado pelo Governo Federal - os Institutos Federais. Em 18 de julho de 2008, o Conselho Superior da UFRGS, através da Decisão número 778/2008, aprovou a desvinculação da Escola visando sua constituição em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Foi assim que, em 30 de dezembro de 2008, com

a publicação da Lei 11892/2008 que cria 38 Institutos Federais no País, entre eles o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), a Escola Técnica, até então vinculada à UFRGS, deixa de existir e constitui-se no Campus Porto Alegre.

Em decorrência dessa reestruturação, o Campus Porto Alegre do IFRS passou a ter uma nova estrutura administrativa e pedagógica, necessária para atender as demandas no ensino, pesquisa e extensão. O processo de expansão em 2009 com a contratação de 21 novos docentes com dedicação exclusiva. Com isto a instituição passou a trabalhar na criação de novos cursos que vão do Proeja ao Pós-Graduação, atendendo a verticalização do ensino. De 2009 a 2015, continuou o processo de contratação através de concurso público, sendo que em 2015 o quadro de pessoal contava com 77 técnicos administrativos, 123 professores efetivos e 26 professores substitutos e/ou temporários. conforme dados obtidos da Direção de Gestão de Pessoas do Campus Porto Alegre Cabe ressaltar que em 2015, 87% dos professores efetivos do Campus Porto Alegre possuíam mestrado e/ou doutorado, enquanto que em 2008 o quadro era 31% dos docentes.

Gráfico 2: Quadro de pessoal

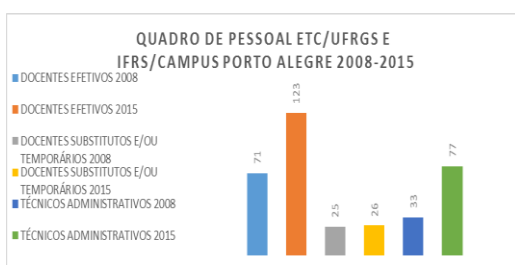
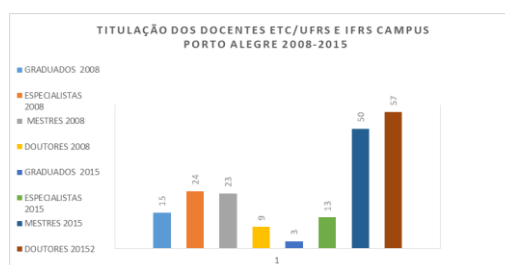
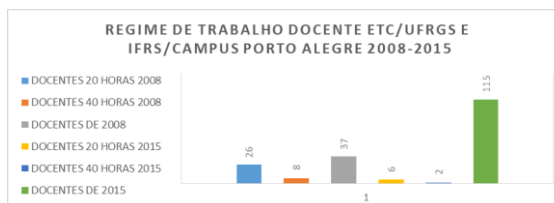


Gráfico 3: Titulação Docente



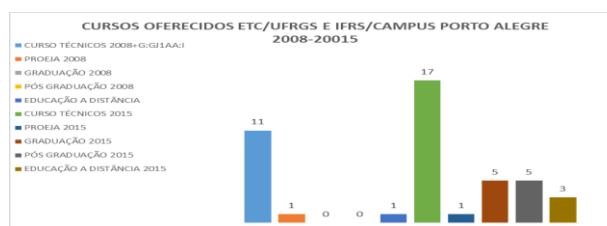
Outro dado importante a ser analisado é que em 2008, 52,11% dos professores efetivos tinham regime de trabalho em dedicação exclusiva. Já em 2015, 93,50% dos docentes efetivos possuíam dedicação exclusiva.

Gráfico 4: Regime de trabalho



Com relação ao crescimento na oferta de cursos e de novas matrículas, os números são bastante impressionantes, pois de 2008 a 2015 o Campus Porto Alegre do IFRS passou a oferecer 17 cursos técnicos presenciais, 05 cursos superiores, 04 especializações lato sensu e 01 mestrado profissional, 03 cursos técnicos na modalidade à distância, 01 PROEJA (Curso de Ensino Médio integrado), além dos cursos de extensão e capacitação profissional (PRONATEC), sendo alguns através de convênio com instituições parceiras como o Grupo Hospitalar Conceição (GHC).

Gráfico 5: Cursos oferecidos



O Campus Porto Alegre iniciou o ano de 2015 com 2748 matrículas nos cursos regulares, mais 427 matrículas nos cursos de especialização, mestrado e de iniciação musical do Projeto Prelúdio, totalizando 3175 matrículas, conforme dados extraídos pela Diretoria de Tecnologia da Informação do sistema acadêmico do Câmpus Porto Alegre. Além dos cursos oferecidos, o Campus possui dezenas de projetos de extensão e de pesquisa, que envolvem docentes, técnicos e discentes, atendendo assim, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Importante ressaltar que este crescimento também está relacionado a nova estrutura física da Instituição que passou dos 7.000 m², para uma área construída de 34.000 m², com a aquisição de sua nova sede em 2011. Outro fator a ser destacado foi o crescimento orçamentário do Campus Porto Alegre, que de um orçamento aproximadamente de R\$ 500.000,00 em 2008 (ETC/UFRGS), a instituição em 2015 recebeu uma dotação orçamentária de R\$ 6.452.142,00, destinada a custeio, assistência estudantil, capacitação, formação inicial continuada, ensino, pesquisa e extensão.

Como visto, através de uma política pública clara de investimento na educação, na pesquisa e na extensão, buscando minimizar as desigualdades regionais, com interiorização das instituições de ensino federal, bem como, uma gestão feita de forma democrática, com qualidade no trato do investimento público e visão estratégica e com quadro de servidores

qualificados e comprometidos, é possível alcançar resultados positivos num curto período de tempo, ampliando o número de cursos e matrículas.

Como Instituição em processo de reestruturação e franco crescimento, o Campus Porto Alegre igualmente passa por processos nunca presenciados por Gestores e por sua comunidade acadêmica. A verticalização do ensino, com criação de cursos que vão do Proeja ao pós-graduação e atuação forte na pesquisa e extensão, são novos desafios, mas com resultados extremamente positivos. Em virtude disso, investigar as políticas, os processos de implantação, a gestão, as estratégias, os avanços, as conquistas, bem como, os desacertos na implantação e transformação desta nova Instituição, poderá trazer contribuições importantes para o crescimento e fortalecimento deste novo modelo de Instituição Federal de Ensino.

REFERÊNCIAS

_____. Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2005.

_____. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 dez. 2008a.

_____. Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909.

_____. MEC/SETEC. **Concepções e Diretrizes** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/SETEC, 2008b.

ANTUNES, Gyselle, FRANÇA Maria Cristina, SANTOS Sheyla; Traçando as Imagens do Tempo Através da Educação, da Tecnologia e do Trabalho – v.14, n.34, p. 211-230, ago/dez.2013 – Porto Alegre, Iluminuras, 2013

OTRANTO, Célia Regina. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ).2010

PACHECO, E. M. **Os institutos federais: uma revolução profissional e tecnológica**. Brasília, DF:

TOLEDO, Luciano de Oliveira; Os Institutos Federais. Palestra proferida na XXXIX Reditec. Fortaleza, 2015